

Educação diante das transformações do capitalismo

DÉBORA CRISTINA JEFFREY
Doutoranda em Educação (USP)

RESUMO

Este artigo realiza uma reflexão sobre o papel da educação diante das transformações do capitalismo, discutindo as implicações desse processo na formação do futuro trabalhador e nos desafios educacionais para atender às atuais exigências do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação; Estado e Formação.

ABSTRACT

This article realizes a reflection involving the educational role fit before the capitalism transformation. It argues the implication of this process over the worker future formation and to the educational challenge for attends the actual labor market demand.

Keywords: Education; State and Formation.

Introdução

CONSIDERANDO A GLOBALIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO de um processo produtivo transnacional, entende-se que a organização social e até mesmo os conflitos emergentes pela inserção de novas exigências e práticas sociais levam ao questionamento tanto do papel do Estado-Nação no

desempenho de suas funções de regulação, coerção e controle social (AFONSO, 2001), quanto das implicações desse fato na área educacional.

Desse modo, diante das transformações do capitalismo contemporâneo, pode-se compreender que as estratégias nacionais permanecem enfraquecidas ou anuladas, em virtude da hegemonia do mercado,¹ e os projetos de caráter nacional, incluindo aí a educação, somente serão viabilizados quando contemplarem as novas determinações transnacionais e globais. Para Ianni (1997, p. 105), esse processo tem afetado profundamente as agendas, formulações e implementações de projetos, pois os Estados Nacionais transformaram-se em “províncias da economia global”, contribuindo na divisão e fortalecimento de uma cadeia produtiva global.

A configuração desse novo cenário tem exercido uma influência direta na educação e em seu modo de organização, pois, segundo Bruno (1998, p. IX):

[...] a educação não é mais pensada em termos nacionais e são os organismos internacionais que definem, de acordo com os interesses dos grandes grupos, as prioridades para os países ou, até mesmo, para continentes inteiros. Este processo nos tem sido apresentado como uma ação civilizatória empreendida por governos e empresários para atender às exigências do próximo século, e às quais os trabalhadores devem adaptar-se, independentemente dos setores econômicos aos quais estarão fadados a se inserir.

Portanto, ao perder o seu caráter nacionalista, a educação é compreendida como um elemento fundamental capaz de contribuir na formação de “trabalhadores cidadãos”, estes, preteridos pelas empresas, em virtude da sua capacidade, segundo Bruno (1998, p. VIII), de “[...] pensar, operar em grupo, propor soluções, de interagir em diferentes perfis qualificacionais, de aprender e assimilar continuamente as novas técnicas e os novos códigos disciplinares, tendo em vista o aumento da produtividade [...]”, garantindo, além disso, a aquisição do conhecimento mínimo pela classe trabalhadora, para que essa ao menos possua uma “[...] capacitação necessária para operar tecnologias convencionais”.

Essa dualidade à qual os fins da educação se sujeitam leva-nos a compreender os conflitos sociais instaurados no âmbito escolar, que reforçam e salientam, cada vez mais, as diferenças entre a escola de elite e a escola de massas, embora o discurso pedagógico e político as desconheça, ao mostrar uma preocupação com o aumento do potencial produtivo das novas gerações, com a inserção de inovações tanto tecnológicas quanto pedagógicas no interior das instituições de ensino e, principalmente, com a qualificação dos profissionais da área. No

entanto, a realidade parece apontar o contrário, principalmente nas instituições destinadas às “massas”, pois, de acordo com Bruno (1998, p. ...), pode-se verificar, com relação à classe trabalhadora e às suas novas gerações, que, no espaço de qualificação ao qual são sujeitados, tenham vivenciado:

[...] a mera intensificação de trabalho dos profissionais da educação – otimizando a utilização de instalações, instrumentos de trabalho e material pedagógico tecnicamente defasados e degradados pelo uso – sem acréscimo de suas qualificações, modernização técnica ou atualização dos métodos de ensino.

Diante desta ambigüidade, a definição de uma nova agenda educacional é formulada: destinar a educação à competitividade e à cidadania. Seria possível, por meio dela favorecer a formação do cidadão para o mercado de trabalho e a possibilidade de contribuir para a sua qualidade de vida?

O Estado diante das transformações do capitalismo

AS DISCUSSÕES ATUAIS com relação ao papel do Estado e a chamada crise do Estado-Nação centram-se no reconhecimento da subordinação deste ao mercado, alterando a sua condição de interventor para regulador/avaliador, já que tem deixado de ser produtor de bens e serviços, com a hegemonia da transnacionalização do capitalismo. Compreender essa lógica implica ter clareza das distintas definições que lhe podem ser atribuídas:

[...] aparelho, instrumento que intervém no jogo das relações sociais (CANIVEZ, 1991, p. 17).

[...] organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controlo social [...] (AFONSO, 2001, p. 17).

[...] conjunto de todas as formas organizadas e, portanto, institucionalizadas do poder das classes capitalistas (BRUNO, 1999, p. 15, apud BERNARDO, 1985, p. ...).

Reconhece-se que as definições apresentadas não se limitam às descritas no quadro, variando de acordo com a perspectiva teórica e conceitual adotada. No

entanto, o que nos chama a atenção é que, no atual contexto econômico-produtivo, retratar o Estado-Nação significa esclarecer que este já não estabelece uma relação particular com um território, etnia, governo e identidade nacional (AFONSO, 2001), mas sim com o mercado, que, em virtude de sua grande concentração de capital e desenvolvimento dos sistemas de redes organizacionais, acabou ocupando-se das Condições Gerais de Produção,² constituídas anteriormente pelos Estados Nacionais e sob seu domínio.

Assim, o Estado, com o fortalecimento substancial das instâncias de regulação supranacionais,³ pelas quais é direta ou indiretamente influenciado, de acordo com Afonso (2001, p. 24), passa

[...] a assumir também, de forma mais explícita, uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem a ditames mais ou menos ortodoxos da fase actual de transnacionalização do capitalismo e de globalização hegemônica.

Desse modo, organizar ou garantir os interesses da acumulação capitalista e de sua dominação representa, sem dúvida, um dos eixos de principal atuação do Estado, sendo para isso necessária a sua reforma, como condição essencial para apoiar as economias nacionais no processo de competitividade internacional, pela descentralização administrativa, controle dos resultados, competição administrativa e controle social direto (PEREIRA e SPINK, 1998).

A educação, nesse sentido, acaba por representar uma instância de controle social direto, pois nas sociedades capitalistas representa um apoio ao processo de acumulação, contribui na garantia da ordem e na legitimação do sistema. No entanto, Afonso (2001, p. 28) permite compreender que o modo como a educação apóia o processo de acumulação

[...] pode variar em função das dominâncias que configurarem, de uma forma mais precisa, a actuação do Estado-competidor. [...] esta actuação pode passar por uma forte intervenção do Estado na promoção da investigação e da inovação para atender às necessidades do tecido produtivo; pode passar pela adopção de lógicas e mecanismos de mercado na educação; ou pode passar ainda pela contribuição da educação para a reprodução de mão-de-obra especializada.

Considerando as diferentes lógicas de atuação do Estado com relação à regulação e à promoção da educação seja para atender aos interesses do processo

produtivo, introduzir as lógicas do mercado em seu interior, seja para contribuir na formação de mão-de-obra especializada, Braslavsky e Guirtz (2000) destacam a necessidade de

- reconstrução de um “Estado onipresente” que continue centralizador de tarefas, como planejamento, gestão e avaliação de todas as políticas e estratégias educacionais;

- entrosamento de um “Estado precedente” que procure impor ao sistema educacional a lógica do funcionamento da economia e do mercado, operando estratégias sobre a demanda, ao invés de sobre a oferta, visando atingir os usuários da escola, e não as instituições, e cuja função seja exercer “regulação mínima”, conferindo atenção às formas de fiscalização do financiamento, dos resultados esperados do processo educacional e de sua difusão;

- invenção de um “Estado promotor” capaz de se constituir como regulador e configurador de um novo sistema educacional que envolva inúmeros atores protagonistas, garantindo o estabelecimento de conteúdos e competências mínimas ou comuns a todos os cidadãos, ao regular apenas aspectos vinculados ao núcleo comum, visando, dessa forma, à promoção da qualidade, da equidade e da eficiência.

Propor uma reforma educacional através de alterações administrativas, de gestão de recursos humanos e financeiros nas estruturas internas do Estado, visando tanto à regulação quanto à promoção da educação, dependerá da constituição de alguns dispositivos educacionais que, para Braslavsky e Guirtz (2000), contribuem e orientam na circulação da população pelo sistema educativo, tais como

- definição de novas leis da educação;
- estabelecimento de conteúdos mínimos ou básicos comuns;
- reformas didáticas no cotidiano escolar;
- propostas de capacitação e profissionalização docente;
- construção de sistemas nacionais de avaliação.

Desenvolver a reforma descrita acima implica, além da atribuição de novos papéis ao Estado, de acordo com Bruno (1997, p. 40), a realização de um processo de descentralização administrativa, incluindo os recursos financeiros, permitindo uma maior autonomia nas escolas, oferecendo-lhes “[...] capacidade de adaptação

às condições locais, sem riscos de alterações substantivas ou perturbações indesejadas em todo o sistema”, propondo uma participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo, considerando o aumento de suas responsabilidades e promovendo formas consensuais de tomada de decisões, para a prevenção de conflitos e resistências capazes de impedir a implementação das medidas adotadas.

Bruno (1997, p. 41), com relação ao caso brasileiro em meados dos anos de 1990, comenta sobre o que foi pensado e implementado na rede pública de ensino:

[...] adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola, assim como do processo de trabalho dos educadores, envolvidos com a formação das futuras gerações da classe trabalhadora, tendo em vista a redução de custos e de tempo. Trata-se de garantir o que nas empresas denomina-se qualidade total. Entretanto, esta qualidade refere-se primordialmente à qualidade do processo, não do produto, já que, com relação a este, a qualidade é sempre referida ao segmento de mercado ao qual se destina. Qualidade do processo produtivo diz respeito à redução de desperdícios de tempo, de custos, de força de trabalho.

Cumpra-se, assim, a exigência de diversos setores econômicos: a necessidade de redução dos custos dos processos formativos. No entanto, além desse fator, a educação e o seu sistema devem também garantir a formação de um trabalhador complexo, capaz de proporcionar o aumento da produtividade, adequando-se, assim, à heterogeneidade do sistema econômico.

A Educação diante das transformações do capitalismo

COM O ESTABELECIMENTO DA REFORMA educativa nas estruturas administrativas do Estado, a formação das futuras gerações da classe trabalhadora encontra-se em pauta, tendo em vista uma melhoria da qualidade de ensino que possibilite a qualificação da força de trabalho.

Para Bruno (1997, p. 42), no entanto, dada a atual organização econômica, os esforços para a melhoria do ensino têm sido

[...] bastante localizados e pontuais, já que a demanda por força de trabalho com qualificações mais complexas não advém de todos os setores da economia brasileira, mas apenas daqueles setores que competem com os segmentos mais inovadores e produtivos da economia mundial.

Assim, como os esforços são localizados no que tange à melhoria da qualidade de ensino, os investimentos nos setores de ponta da economia também realizam esse percurso, permanecendo restritos às regiões onde a classe trabalhadora tenha condições de realizar um trabalho mais complexo, criando, segundo Bruno (1997, p. 43), uma hierarquia que constitui a economia globalizada, e que “[...] pressupõe uma nova segmentação da classe trabalhadora em âmbito mundial, dividindo-a em qualificados - não qualificados - estáveis – precários - autônomos - desempregados”.

Tal segmentação é traduzida em desigualdade social, pois, se a educação se torna responsável pela formação do trabalhador complexo, e as novas gerações, em sua maioria, deixam de ter acesso às competências exigidas pelo mercado, quais sejam, ainda de acordo com Bruno (1996, p. 97),

- escolaridade crescente,
 - experiência no exercício da função, o que implica o “conhecimento tácito”, relacionado com a subjetividade do trabalhador,
 - aptidão de tomar decisões e prevenir desajustes operacionais,
 - capacidade de comunicação que permita o estabelecimento de referências e proposições de ação comum entre trabalhadores que desempenham funções distintas e com diferentes graus de complexidade,
 - habilidade manual que permita a utilização eficiente de equipamentos e instrumentos de trabalho de alta precisão técnica,
 - capacidade de inovação no âmbito da(s) atividade(s) desempenhada(s),
 - capacidade de conhecimento por simbolização de selecionar e relacionar as informações básicas,
 - capacidade de assimilação de códigos e normas disciplinares e comportamentais, articulando, ainda, aspectos de personalidade e atributos relativos à condição étnico-cultural, de gênero e generacional,
- então, retira-se qualquer possibilidade de dar continuidade a um aprendizado ou à capacidade de incorporação a novos conhecimentos, de modo a ???..aos processos de exclusão social (AFONSO e ANTUNES, 2001).

A desigualdade produzida no âmbito tanto social quanto educacional é, no entanto, reconhecida pelas instâncias reguladoras supranacionais, que têm orientado o investimento em uma formação básica mínima e de baixo custo, capaz de garantir a rápida inserção de determinados segmentos sociais na economia informal. Bruno (1997, p. 43), sobre o assunto, entende que:

Isto talvez nos indique que, na nova divisão internacional do trabalho, o Brasil vem sendo pensado como um país de economia predominantemente informal, especializada na produção de bens e serviços, pouco complexos e de baixo valor agregado.

As suposições de Bruno são reafirmadas por Dupas (2000), que descreve como uma das principais características da cadeia produtiva globalizada sua hierarquização, concentrada no topo e fragmentada em sua base, possibilitando a coexistência de empregos flexíveis, em que os trabalhadores ganham baixos salários, assinam contratos também flexíveis, abrigando agentes econômicos menores e até informais, já que a existência de mão-de-obra alternativa de menor valor tem induzido a transferência da cadeia produtiva para outros países. Esse processo tem permitido que os empregos localizados nas “periferias do capitalismo” se configurem pela baixa qualificação e grande oscilação de demanda, gerando problemas de subemprego e informalização.

Para Dupas (2000), a diversidade do mercado de trabalho e o avanço das novas tecnologias têm contribuído na colocação dos países da periferia “[...] na qualidade de provedores, ao mesmo tempo em que propiciam as políticas de flexibilização que tendem a romper as estruturas coletivas de resistência dentro dos diferentes espaços nacionais”.

Paqué (1996, p. 14), nesse sentido, realiza uma crítica ao modelo excludente incorporado pela atual cadeia produtiva, o qual desvaloriza rapidamente o capital humano, propondo como saída o investimento no sistema educacional por meio de uma redefinição das políticas de educação que deveriam propor com antecedência o desenvolvimento de conteúdos formativos e atitudes profissionais apropriadas, criando melhores condições

[...] para que as jovens gerações a serem formadas se tornem um capital humano de valor relativamente alto no mercado e tenham assegurado um alto grau de flexibilidade e de mobilidade, que se contraponha a uma desvalorização demasiadamente rápida desse mesmo capital humano. Com isso, na verdade define-se um objetivo central para a política educacional [...]. Trata-se de, através de uma boa formação geral e profissional, preparar terreno que assegure no futuro um alto grau de flexibilidade profissional, sobretudo aos jovens que um dia poderiam ser atingidos de modo especialmente penoso pela racionalização e pela reestruturação – portanto, aqueles com um nível de qualificação relativamente baixo.

Embora seja necessária uma redefinição das políticas de educação para que o processo de exclusão possa ser reavaliado e orientado para a sua superação,

esse processo só terá validade quando as condições e necessidades básicas de vida tiverem condições de ser consolidadas, pois, como Afonso e Antunes (2001, p. 103) apontam:

A precariedade, a incerteza e a pobreza dificultam um envolvimento significativo das crianças, jovens e adultos em percursos de formação prolongados e consistentes, pelo que apenas por inaceitável ingenuidade ou má fé se podem alimentar expectativas de aqueles retirarem benefícios significativos e generalizados da expansão de oportunidades de educação e formação sem lhes serem garantidas a segurança material e condições de vida dignas.

Sem a resolução da problemática social (distribuição dos benefícios sociais e materiais) e o combate aos mecanismos de diferenciação estabelecidos entre as instituições de ensino, cujo impacto acaba por atingir diretamente os grupos sociais que as utilizam, sem que o Estado venha a intervir nas garantias de oportunidades e condições, de certo esse processo levará tanto ao agravamento da crise social existente quanto à manutenção da condição do Brasil como mero provedor, cuja finalidade é dar sustentação às instâncias reguladoras supranacionais.

Assim, considerando as profundas transformações que o Estado-Nação vem sofrendo nas últimas duas décadas, a educação passa a ser enfocada como o principal instrumento para a difusão do novo ideal capitalista quanto à formação da classe trabalhadora.

A formação voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades tidas como fundamentais ao trabalhador diante das exigências impostas pelo mercado leva-nos a compreender a dicotomia existente no processo educativo: investimento para alguns (futuro topo da cadeia produtiva) e redução para outros (base da cadeia produtiva). Tal ambigüidade, expressa e presente na definição das políticas educacionais e nas propostas de reforma do próprio Estado, acaba por legitimar a desigualdade social, esta também refletida no interior de cada instituição de ensino.

Isso leva ao eterno questionamento: Qual a finalidade da educação? Educar para a vida ou para o mercado de trabalho? Será que o foco central da educação não foi perdido ao ser apropriado pelo capital, deixando até de ser um aparelho do Estado, para sê-lo do mercado?

A luta para reverter esse quadro parece infundável, mas Afonso e Antunes (2001, p. 106) deixam uma pista para reflexão, quando acreditam que

[...] a prioridade à ampliação das oportunidades e à elevação dos níveis de educação e formação como via para consolidar e desenvolver os direitos de cidadania e para fomentar a competitividade das economias parece poder constituir-se em agenda política e teórica digna de crédito, se forem igualmente viabilizadas políticas econômicas, industriais e de emprego assentes na valorização do trabalho qualificado e na criação e partilha de empregos com base numa nova articulação de direitos e compromissos sociais.

Ter clareza da necessidade de se firmar e articular direitos e compromissos sociais no caso da educação pode representar um desafio, visto que é legitimada socialmente, por proporcionar uma ampliação das oportunidades educativas e ainda possibilitar a preparação do futuro trabalhador. Aceitar ou lutar pela melhora desse contexto, no interior do espaço escolar, implica comprometimento dos profissionais da educação com a qualidade social, um valor ainda não corrompido pelo mercado.

NOTAS

¹ Bruno (1999, p. 10) define o mercado como: “[...] o poder dos grandes grupos econômicos transnacionalizados de planejar e coordenar a economia em nível global, exercendo por aí as funções coercitivas e repressivas antes a cargo do Estado Clássico”.

² Ver BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

³ Afonso (2001, p. 24) destaca entre as instâncias de regulação supranacionais: as ONGS, o Mercosul, a Organização Mundial do Comércio, a União Européia, o Banco Mundial, a OCDE, o FMI, que passam a ditar direta ou indiretamente “[...] os parâmetros para a reforma do Estado em suas funções de aparelho político-administrativo e de controlo social, ou que induzem em muitos e diferentes países a adopção de medidas ditas modernizadoras[...]”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*, ano 12, n. 75, ago. 2001.

AFONSO, A. J.; ANTUNES, F. Educação, cidadania e competitividade: questões em torno de uma nova agenda. *Cadernos de Pesquisa*, n. 13, p. 83-112, jul. 2001.

BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: _____. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Prefácio. In: BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. Reestruturação capitalista e Estado Nacional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, R. T. (Org.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRASLAVSKY, C.; GUIRTZ, S. Nuevos desafíos y dispositivos en la política educacional latinoamericana de fin de siglo. *Cuadernos Educación Comparada* 4, Política y Educación e Iberoamérica, OEI, 2000.

CANIVEZ, P. *Educar o cidadão?*. Campinas: Papirus, 1991.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PAQUÉ, K. H. A reestruturação econômica mundial e suas conseqüências. In: *Traduções*, n. 10, 1996.

PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.